

PROCESSO SELETIVO VAGAS RESIDUAIS 2003

essa cadeira
pode ser sua



SOLISLUNA DESIGN ILUSTRAÇÃO NEMO

10



Universidade Federal da Bahia
Serviço de Seleção,
Orientação e Avaliação
Rua João da Botas, 31 - Canela
CEP 40110-160
Salvador Bahia Brasil
Telefax: (71) 331.4433
e-mail: ssoa@ufba.br
www.vagasresiduais.ufba.br

TEORIA GERAL DO DIREITO E DIREITO CONSTITUCIONAL

INSTRUÇÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões contém a Prova I: TEORIA GERAL DO DIREITO e a Prova II: DIREITO CONSTITUCIONAL, cada uma com 50 questões, e a REDAÇÃO.
2. A Folha de Respostas das questões objetivas e a Folha de Resposta da Redação são pré-identificadas. Confira os dados registrados no cabeçalho e assine-o com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**, sem ultrapassar o espaço próprio.
3. **NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE, NÃO RASURE ESTAS FOLHAS DE RESPOSTAS.**
4. Qualquer irregularidade neste Caderno de Questões ou nestas Folhas de Respostas deve ser imediatamente comunicada ao Fiscal da sala.

**ESTAS PROVAS DEVEM SER RESPONDIDAS PELOS
CANDIDATOS AO SEGUINTE CURSO:**

Direito

PROVA I: TEORIA GERAL DO DIREITO

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **001** a **050**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um); a resposta errada vale -1 (menos um); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

QUESTÕES de 001 a 004

Sobre introdução e evolução do Direito Civil, pode-se afirmar:

Questão 001

O preceito emanado da Autoridade é chamado *direito subjetivo*, enquanto o *direito objetivo* abrange o poder de ação contido na norma, ou seja, a faculdade de agir sob a tutela do direito privado.

Questão 002

Codificação é a coordenação de regras relativas às relações jurídicas de natureza diversa, com princípios e preceitos que podem estar registrados em microssistemas jurídicos, porém integrando o seu corpo.

Questão 003

São consideradas fontes diretas do Direito aquelas primárias ou imediatas, a exemplo da lei e do costume.

Questão 004

O julgamento por equidade é fonte do Direito, que deve ser utilizada ordinariamente pelo Juiz, em todos os casos.

Questão 005

O novo Código Civil pátrio surge encarnando espírito novo, refletindo as realidades da vida social, atento aos avanços da ciência e da tecnologia e abrangendo situações até então não discutidas num código, a exemplo da união entre pessoas do mesmo sexo.

Questão 006

A norma jurídica é um objeto cultural egológico, cujo substrato é a regular conduta humana em interferência intersubjetiva e na tentativa de realizar a justiça.

Questão 007

De acordo com a Doutrina, a norma jurídica é imperativa, ou prescritiva, porque impõe um dever, situando-se no âmbito da normatividade ética.

Questão 008

A norma moral e a jurídica têm uma comum base ética, sendo ambas imperativas e constituindo normas de comportamento, entretanto somente a norma jurídica é autorizante, sendo, por isso, bilateral.

Questão 009

O direito subjetivo deve ser analisado, considerando-se três elementos fundamentais: sujeito, valor e relação jurídica.

Questão 010

Duguit, para afirmar o direito subjetivo, nega a noção de situação jurídica.

Questão 011

Há direitos, denominados *direitos potestativos*, nos quais a faculdade de agir do titular **não se correlaciona** a uma prestação de outrem.

Questão 012

São elementos da relação jurídica: sujeito ativo e passivo, objeto imediato e mediato, fato propulsor e proteção jurídica.

Questão 013

A prestação devida pelo sujeito ativo por ter autorização para exigir uma obrigação de dar, de fazer ou de não fazer algo pode ser classificada como *objeto imediato*.

Questão 014

A doutrina civilista baseada no Código Civil em vigor **exclui** os bens jurídicos da categoria de *objeto mediato*, para inseri-los como *objeto imediato* da relação jurídica.

QUESTÕES de 015 a 022

Em referência a *pessoa natural* e *pessoa jurídica*, pode-se afirmar:

Questão 015

O Código Civil em vigor remete à legislação especial a disciplina normativa sobre a capacidade do silvícola, excluindo-o das hipóteses de incapacidade relativa.

Questão 016

Os indivíduos relativamente incapazes podem exercer a função de *procuradores*, independentemente da forma de procuração.

Questão 017

A prática de atos da vida civil pelos indivíduos relativamente incapazes está condicionada, em razão do critério etário, à existência de autorização ou de assistência pessoal.

Questão 018

Qualquer agrupamento de indivíduos, uma vez organizado com fins lícitos, adquire automaticamente personalidade jurídica.

Questão 019

Quando não houver disposição em contrário no ato constitutivo, o patrimônio da fundação extinta reverte-se em benefício do município onde esteja a sua sede.

Questão 020

A proteção que se dá ao nome tem características peculiares, razão porque difere do gozo da proteção que se dá ao pseudônimo adotado para atividades lícitas.

Questão 021

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as Autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei são consideradas *pessoas jurídicas de direito público interno*.

Questão 022

A classificação como *pessoas jurídicas de direito público interno* estende-se às associações, às sociedades cooperativas e às fundações.

Questão 023

Os direitos da personalidade, na visão consagrada atualmente, são de titularidade do ser humano, alcançando o nascituro e o material genético já recolhido em laboratório para fins de inseminação artificial.

Questão 024

O direito à voz é tutelado como direito da personalidade, já que é um importante componente físico de identificação do ser humano.

Questão 025

A Doutrina se divide em duas correntes teóricas no que diz respeito aos fundamentos jurídicos dos direitos da personalidade: a *positivista* e a *jusnaturalista*.

Questão 026

A Doutrina contemporânea já **não se preocupa** em distinguir *morada*, *residência* e *domicílio*, uma vez que, para a Lei, não existe diferença entre esses conceitos, o que torna irrelevante o estudo da classificação das espécies de domicílio.

Questão 027

Uma grande novidade do atual Código Civil é o conceito de *domicílio da pessoa natural* como o lugar onde ela mora.

QUESTÕES de 028 a 031

Em referência aos bens jurídicos, pode-se afirmar:

Questão 028

São tidos como *bens públicos* os do domínio nacional, pertencentes ao patrimônio das pessoas jurídicas de direito público interno.

Questão 029

O Código Civil pátrio define como *bens públicos de uso especial* os mares, os rios, as estradas, as ruas e as praças.

Questão 030

Na visão do Código Civil em vigor, os *bens públicos* estão sujeitos a usucapião.

Questão 031

O *bem de família* se extingue com a dissolução da sociedade conjugal.

Questão 032

Em sentido amplo, pode-se chamar de *fato jurídico* todo acontecimento natural ou humano capaz de criar, modificar, conservar ou extinguir relações jurídicas.

Questão 033

O ordenamento jurídico brasileiro **não reconhece** os fatos jurídicos que impliquem modificação de direitos.

QUESTÕES 034 e 035

Com relação aos negócios jurídicos, pode-se afirmar:

Questão 034

Os negócios jurídicos podem ser classificados, quanto às vantagens patrimoniais, em *gratuitos, onerosos, neutros e bifrontes*.

Questão 035

A reserva mental está positivada no atual Código em sentido oposto ao que a Doutrina e a Jurisprudência pregavam na vigência do Código Civil de 1916.

QUESTÕES de 036 a 038

Com base nos conhecimentos sobre os defeitos do negócio jurídico, pode-se concluir:

Questão 036

O *erro* significa a desproporção que ocorre entre as prestações de um contrato, no momento de sua celebração, em razão do aproveitamento, por uma das partes, da situação de inferioridade da outra.

Questão 037

O *estado de perigo*, contemplado desde o Código de 1916, caracteriza-se quando alguém assume obrigação excessivamente onerosa para salvar terceiros.

Questão 038

A *simulação* **não tem** o mesmo tratamento legal que os vícios de consentimento dispostos no novo Código Civil, sendo, atualmente, causa de nulidade e não mais de anulação do ato jurídico.

QUESTÕES 039 e 040

Sobre a invalidade de atos e negócios jurídicos, pode-se afirmar:

Questão 039

A ratificação do ato ou negócio anulável só pode ser expressa, e sua validade tem efeitos *ex nunc*.

Questão 040

Em se tratando de conversão, **não há** distinção entre a *formal* e a *substancial*.

QUESTÕES 041 e 042

Quanto à prova do fato jurídico, pode-se afirmar:

Questão 041

A forma é o revestimento exterior do ato e, quando especial, constitui um verdadeiro pressuposto de validade do negócio.

Questão 042

As presunções não podem ser consideradas meio de prova, sob pena de afronta ao texto legal.

QUESTÕES de 043 a 050

Os conhecimentos sobre ato ilícito permitem afirmar:

Questão 043

Segundo o entendimento da Doutrina pacífica, o ato ilícito pode ser decomposto em três elementos: *conduta* dolosa ou culposa do agente, *dano* e *nexo de causalidade* entre a conduta e o dano.

Questão 044

No abuso de direito, o critério de culpa é acidental e não essencial para a configuração do abuso.

Questão 045

Estudando-se as causas excludentes de ilicitude, verifica-se que, dentro da noção de exercício regular de um direito, se enquadra o estrito cumprimento do dever legal.

Questão 046

O estado de necessidade pressupõe a prática de ato que não agrida um direito alheio, já que o valor jurídico que se pretende proteger para remover o perigo iminente é superior a qualquer direito de terceiros.

Questão 047

No que diz respeito à prescrição, a principal diferença do atual Código Civil em relação à redação do anterior é que não se faz mais referência à instância, e sim ao grau de jurisdição, além da responsabilização pela não-alegação oportuna.

Questão 048

A decadência extingue a ação, enquanto a prescrição extingue o direito e, só indiretamente, a ação.

Questão 049

A prescrição é questão de ordem pública, e seu reconhecimento deve ser feito de ofício.

Questão 050

Quando não houver previsão legal de prazo menor, a prescrição ocorre em dez anos.

PROVA II: DIREITO CONSTITUCIONAL

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **051** a **100**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um); a resposta errada vale -1 (menos um); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

QUESTÕES de 051 a 100

Questão 051

A Constituição é considerada lei fundamental, mas a Doutrina tem entendido que os direitos e garantias fundamentais encontram-se, em sua maioria, fora da Carta Magna.

Questão 052

Segundo a Doutrina, a Constituição formal é o peculiar modo de existir do Estado, reduzido a documento solene estabelecido pelo Poder Constituinte e somente modificável por processos e formalidades especiais nela própria estabelecidos.

QUESTÕES 053 e 054

Sobre o Poder Constituinte, pode-se afirmar:

Questão 053

De acordo com a Constituição Federal, refere-se exclusivamente ao Judiciário, que o exerce após consulta ao Congresso Nacional.

Questão 054

Pode ser originário ou derivado, sendo este último, no caso das Constituições Estaduais, chamado de *decorrente*.

Questão 055

A supremacia da Constituição se origina da pouca rigidez constitucional, o que equivale dizer que a superioridade das suas normas **não decorre**, necessariamente, das normas fundamentais.

Questão 056

A Doutrina distingue supremacia formal e supremacia material da Constituição, todavia, do ponto de vista jurídico, só é concebível a supremacia formal.

QUESTÕES de 057 a 060

Em referência ao controle jurisdicional de constitucionalidade, é correto afirmar:

Questão 057

Pode ser exercido por via de exceção, nos casos concretos julgados por qualquer juiz ou tribunal do País, ou por via de ação direta de inconstitucionalidade, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, nas hipóteses de leis ou de atos normativos federais e estaduais.

Questão 058

No caso de leis municipais, pode ser exercido por via de ação direta de inconstitucionalidade, nos termos da Constituição Estadual, julgada pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Questão 059

Pode ser difuso ou concentrado, sendo que, nessa última hipótese, além das ações diretas, ocorre a representação interventiva formulada pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.

Questão 060

Inclui, segundo a Constituição Federal, entre outros, o mandado de injunção e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal, tendo as decisões definitivas de mérito, proferidas nesta última ação, eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

QUESTÕES de 061 a 063

As Constituições podem ser:

Questão 061

Rígidas, se somente são alteradas mediante processos especiais, ou *flexíveis*, se podem ser modificadas por processo legislativo ordinário.

Questão 062

Escritas ou *não-escritas*, não sendo admitido, neste último caso, qualquer documento escrito, salvo se reconhecido pela Corte Internacional de Justiça, uma vez que são constituições fundadas exclusivamente nos costumes.

Questão 063

Dogmáticas ou *históricas*, sendo estas últimas as de cumprimento não obrigatório, por não constituírem dogmas, mas produto de lenta síntese da História e dos costumes do País.

QUESTÕES de 064 a 068

Os conhecimentos sobre Nacionalidade, permitem afirmar:

Questão 064

O estudo do direito de nacionalidade está relacionado a alguns conceitos, como os de povo, população, nação, território e cidadão.

Questão 065

O brasileiro naturalizado também é considerado cidadão, pois goza dos direitos políticos e participa da vida do Estado.

Questão 066

Nacionalidade primária é aquela que o titular adquire por vontade própria.

Questão 067

Um sueco que resida no Brasil há dezesseis anos ininterruptos e não tenha condenação penal pode ter deferida a sua naturalização como brasileiro.

Questão 068

Um brasileiro naturalizado pode ocupar o cargo de presidente da Câmara de Deputados.

Questão 069

São direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988: o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade e à previdência social.

Questão 070

O jovem de quatorze anos, após a Constituição de 1988, não pode mais trabalhar na condição de aprendiz, devendo completar dezesseis anos a fim de obter permissão legal para ser sujeito de um contrato de aprendizagem.

Questão 071

O domicílio da União é a Capital Federal, sendo vedado pela Constituição o estabelecimento de regras especiais de foro para efeito processual.

Questão 072

A União possui competência concorrente com os Estados e o Distrito Federal para legislar sobre direito urbanístico.

Questão 073

Os Ministros de Estado podem ser exonerados livremente, conforme a vontade do Presidente da República.

Questão 074

A autonomia dos Estados-Membros da União caracteriza-se pela tríplice capacidade de auto-organização e normatização própria, de autogoverno e de auto-administração.

Questão 075

Os municípios pertencentes ao Distrito Federal se regerão por Lei Orgânica própria.

QUESTÕES 076 e 077

Em referência à efetividade das normas constitucionais, pode-se afirmar:

Questão 076

A efetividade significa o desempenho concreto da função social do direito através da sua realização.

Questão 077

A doutrina explica a eficácia jurídica, assentando que não há norma constitucional a que se deva atribuir valor moral de conselhos, avisos ou lições, tendo todas, ao contrário, força imperativa de regra.

QUESTÕES de 078 a 080

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes Públicos, com fundamento na Carta Magna Federal, deverá obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Com base nessa afirmação, pode-se concluir:

Questão 078

É permitida a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Questão 079

Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

Questão 080

A publicidade dos atos, dos programas, das obras, dos serviços e das campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de promoção pessoal de autoridades públicas.

QUESTÕES de 081 a 083

Sobre tributação e orçamento, é correto afirmar:

Questão 081

É da competência dos Estados a instituição de impostos sobre produtos industrializados.

Questão 082

O imposto sobre transmissão *causa mortis* e sobre doação de quaisquer bens ou direitos é da competência dos Estados e do Distrito Federal.

Questão 083

São princípios orçamentários: o da exclusividade, o da programação, o da unidade, o da eficiência e o da responsabilidade civil.

Questão 084

Compete privativamente à Câmara dos Deputados proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

Questão 085

A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional e aos Tribunais Superiores, dentre outros.

Questão 086

Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las, de imediato, ao Congresso Nacional.

Questão 087

São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República atentatórios contra a Constituição Federal e, especialmente, contra a existência da União, contra a lei orçamentária e contra o cumprimento das leis e das decisões judiciais, entre outras hipóteses.

Questão 088

O Poder Judiciário tem autonomia administrativa, mas não financeira.

Questão 089

Os juízes são proibidos de exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério no serviço privado.

Questão 090

A liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle abstrato de normas há de ter sempre eficácia *ex tunc*.

Questão 091

É da competência do Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, em grau de recurso, as revisões criminais e as reclamações para preservação de sua competência e para garantia da autoridade de suas decisões.

Questão 092

Os crimes contra a organização do trabalho são da competência dos Juizes Federais.

Questão 093

A disputa sobre direitos indígenas será da competência dos Juízes Federais nas hipóteses em que a FUNAI declarar o envolvimento da União.

Questão 094

A competência dos Tribunais de Justiça Estaduais está definida na Constituição Federal, cabendo a iniciativa da lei de organização judiciária ao Governador do Estado.

Questão 095

O Juiz far-se-á presente ao local de litígio sempre que necessário à eficiente prestação jurisdicional.

QUESTÕES de 096 a 098

Considerando-se as funções essenciais à Justiça, é correto afirmar sobre o Ministério Público:

Questão 096

É instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Questão 097

Tem como funções institucionais, dentre outras, promover a ação direta de inconstitucionalidade, a representação para fins de intervenção da União e dos Estados, e a ação penal pública, além da representação judicial e da consultoria jurídica de entidades públicas, visando à proteção dos interesses difusos e coletivos.

Questão 098

Abrange o Ministério Público dos Estados e o Ministério Público da União – compreendendo o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – que tem por chefe o Procurador-Geral da República.

Questão 099

A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado Federado, cabendo à Advocacia-Pública, por meio da Advocacia-Geral da União, cumprir tal competência no âmbito da União.

Questão 100

O Advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações públicas.

REDAÇÃO

INSTRUÇÕES: • Escreva sua Redação, com caneta de tinta AZUL ou PRETA, de forma clara e legível.

- Caso utilize letra de imprensa, destaque as iniciais maiúsculas.
- O rascunho deve ser feito no local apropriado do Caderno de Questões.
- Na Folha de Resposta, utilize apenas o espaço a ela destinado.
- Será atribuída pontuação ZERO à Redação que
 - não se atenha ao tema proposto;
 - esteja escrita a lápis, ainda que parcialmente;
 - apresente texto incompreensível ou letra ilegível;
 - esteja escrita em verso.
- Será ANULADA a prova que
 - não seja respondida na respectiva Folha de Resposta;
 - esteja assinada fora do local apropriado;
 - possibilite a identificação do candidato.

A partir da leitura dos textos a seguir, os quais apresentam representações do Brasil de acordo com um imaginário específico, escreva, **criticamente**, um texto dissertativo sobre os traços de identidade do Brasil como Nação.

Texto I:

Esse Brasil é meu

Esse Brasil é meu
Esse Brasil é meu
Eu não vendo nem entrego } Refrão
Porque ele é meu

Eu nasci aqui nesse clima tropical.
No país do carnaval, da cachaça e do forró,
da moreninha, da mulata e do caboclo,
do cara que corta coco, dos heróis do futebol.
Do homem liso que perambula na rua,
daquela criança nua, correndo atrás de tostão.
Daquele rico dormindo em berço de ouro,
daquele chapéu de couro e do tempo de Lampião.

[Refrão]

Quem é que não quer desfrutar dessa nação,
uma terra sem futuro onde canta o sabiá.
Onde se brinca, se caçoa, se debocha,
mesmo quando a coisa arrocha
e a barriga vai roncar.
Esse Brasil que navega numa canoa.
Onde o dinheirinho voa do bolso do cidadão.
Da loteria que faz um milionário,
tirando aquele operário daquela vida de cão.

[Refrão]

Quem é que vai duvidar dum negócio desse, rapaz.
Tás brincando, tás conversando besteira cum a polícia, rapaz!
Ah! S'imbora!

} Trecho
falado

[Refrão]

Eu nasci aqui nesse clima tropical.
No país do carnaval, da cachaça e do forró,
da moreninha, da mulata e do caboclo,
do cara que corta coco, dos heróis do futebol.
Do homem liso que perambula na rua,
daquela criança nua, correndo atrás de tostão.
Daquele rico dormindo em berço de ouro,
daquele chapéu de couro e do tempo de Lampião.

Ah! Meu irmão, a única coisa que tá precisando é os homens ter
juízo porque o resto.... Ah!.

} Trecho
falado

BARROS, Antônio. Esse Brasil é meu. In: *Dose dupla*. Dominginhos.

Texto II:

Canção do Exílio

Minha terra tem macieiras da Califórnia
onde cantam gaturamos de Veneza.
Os poetas da minha terra
são pretos que vivem em torres de ametista,
os sargentos do exército são monistas, cubistas,
os filósofos são polacos vendendo a prestações
A gente não pode dormir
com os oradores e os pernilongos.
Os sururus em família têm por testemunho a Gioconda.
Eu morro sufocado
em terra estrangeira.
Nossas flores são mais bonitas
nossas frutas mais gostosas
mas custam cem mil réis a dúzia.

Ai quem me dera chupar uma carambola de verdade
e ouvir um sabiá com certidão de idade!

MENDES, Murilo. Canção do exílio. In: _____. *O menino experimental: antologia*. São Paulo: Summus, 1979.
p.31. (Coleção Palavra Poética)

Texto III:

Retrato do Brasil.

Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram. O esplêndido dinamismo dessa gente rude obedecia a dois grandes impulsos que dominam toda a psicologia da descoberta e nunca foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a Renascença fizera ressuscitar.

Dessa Renascença surgira um homem novo com um novo modo de pensar e sentir. A sua história será a própria história da conquista da liberdade consciente do espírito humano.(...)

O encontro do europeu, ao sair da zona temperada, com a exuberância de natureza tão nuançada de força e graça, foi certamente a culminância da sua aventura. (...)

Na zona equatorial do Brasil o clima constantemente úmido e quente desenvolve uma força e violência de vegetação incomparável. (...) Nela, os sentidos imperfeitos do homem mal podem apanhar e fixar a desordem de galhos, folhagens, frutos e flores, que o envolve e submerge. (...)

Águas e matas foram a surpresa e o encanto dos descobridores. Da beleza das paisagens não cuidavam. Não era, nem do tempo nem da raça, o amor à natureza.(...) Mas todos sofriam a sedução dos trópicos, vivendo intensamente uma vida animal e bebendo com delícia um ar como que até então irrespirado.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. In: SANTIAGO, Silviano (Coord.) *Intérpretes do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002. v. II, p.29-33.

R A S C U N H O

R A S C U N H O

**Direitos autorais reservados. Proibida a
Reprodução, ainda que parcial, sem autorização
Prévia da Universidade Federal da Bahia – UFBA.**